MINISTÉRIO DA DEFESA

15 ANOS NA VIDA DE TODOS OS BRASILEIROS

JUNHO 2014

MINISTÉRIO DA DEFESA

15 ANOS NA VIDA DE TODOS OS BRASILEIROS

JUNHO DE 2014

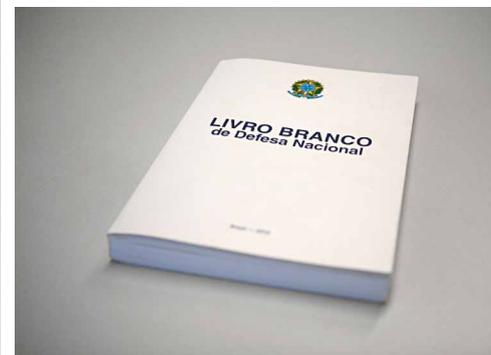
O catálogo que você tem em mãos é mais do que uma celebração de aniversário. Ele mostra como as ações do Ministério da Defesa ao longo dos seus 15 anos ajudam a proteger e a desenvolver o Brasil, levando cidadania e qualidade de vida a quem mais precisa.

O papel principal do Ministério é coordenar as Forças Armadas, zelando para que Marinha, Exército e Aeronáutica estejam sempre prontos para defender a integridade territorial do Brasil, guardando nossos mares, vigiando nossas fronteiras e protegendo nosso espaço aéreo. Por meio de programas como o Calha Norte e o Projeto Rondon, a Defesa leva infraestrutura básica, educação e saúde para municípios historicamente alijados da presença do Estado e vulneráveis à desagregação social, ao êxodo rural e à violência. Também é a principal – e, frequentemente, a única – conexão entre comunidades isoladas e o restante do país, seja por meio das obras de transporte do Exército, seja pelos serviços de logística prestados pela Marinha e pela Aeronáutica.

Mas não é só nos rincões que a Defesa atua. Programas como o Soldado Cidadão atingem o país inteiro, das metrópoles ao interior. E, indiretamente, as ações do Ministério também beneficiam diferentes setores, ao estimular a indústria nacional a produzir equipamentos de defesa que usam tecnologia de ponta. Entre esses equipamentos estão os novos submarinos Scorpène da Força Naval, a nova família de veículos blindados Guarani, do Exército, e o novo avião cargueiro militar KC-390, produzido pela Embraer para a Força Aérea.

Este é um convite para conhecer melhor a atuação do Ministério da Defesa.

Boa leitura!

POLÍTICA, ESTRATÉGIA E LIVRO BRANCO

Como qualquer sistema complexo, a defesa de um país precisa de um manual de instruções. No Brasil, esse manual se chama Política Nacional de Defesa (PND). Ela fixa os objetivos a serem atingidos e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. O documento é complementado pela Estratégia Nacional de Defesa (END), que estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política. Em comum, os documentos pavimentam o caminho para a construção da Defesa que o Brasil almeja.

Mais que instrumentos norteadores, a Política e a Estratégia Nacional de Defesa são a ponte que conectam o cidadão brasileiro aos temas do setor. Ambos dialogam com a sociedade, apresentando as questões políticas e institucionais capazes de fazer com que os cidadãos se engajem decisivamente na grande estratégia de segurança da nação.

Se a PND é um manual e a END seu principal complemento, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é o catálogo das atividades de defesa do Brasil. Ele objetiva esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania.

Essas três publicações foram recentemente apreciadas pelo Congresso Nacional, sinal de que a transparência e publicidade acompanham a evolução do setor de Defesa no Brasil.

Criado em agosto de 2010, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) é o órgão responsável por promover e coordenar a interoperabilidade nas Forças Armadas. Sob sua coordenação, são realizados operações e exercícios militares conjuntos envolvendo tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Na maior dessas iniciativas, a Operação Ágata, militares realizam missões táticas em pontos estratégicos da fronteira brasileira, ajudando a coibir delitos como narcotráfico, contrabando, tráfico de armas, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. Até o momento, já foram realizadas oito edições dessa operação.

Outra ação conjunta – a Operação Laçador – conta com diversos treinamentos e simulações de guerra na região Sul. Durante o adestramento, são realizadas ações diretas de forças especiais, transposição de curso d'água, controle e localidade, assalto aeroterrestre, defesa de estruturas estratégicas, controle de dano e defesa aérea de retaguarda, entre outras. A última edição da Laçador aconteceu em 2013.

A Operação Felino também tem por objetivo realizar o treinamento conjunto das três Forças, mas num escopo ainda mais amplo: o das nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A primeira operação foi realizada em Portugal, no ano 2000. A mais recente ocorreu no Brasil, em 2013, e contou com cerca de 1 mil militares brasileiros e de outros países da CPLP (Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste).

O Brasil participa das missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1947, quando observadores militares brasileiros foram enviados à região dos Bálcãs, no sul da Europa. O primeiro envio de tropas a um país estrangeiro aconteceu dez anos depois, com a participação na Força de Emergência das Nações Unidas do Batalhão Suez, criada para evitar conflitos entre egípcios e israelenses.

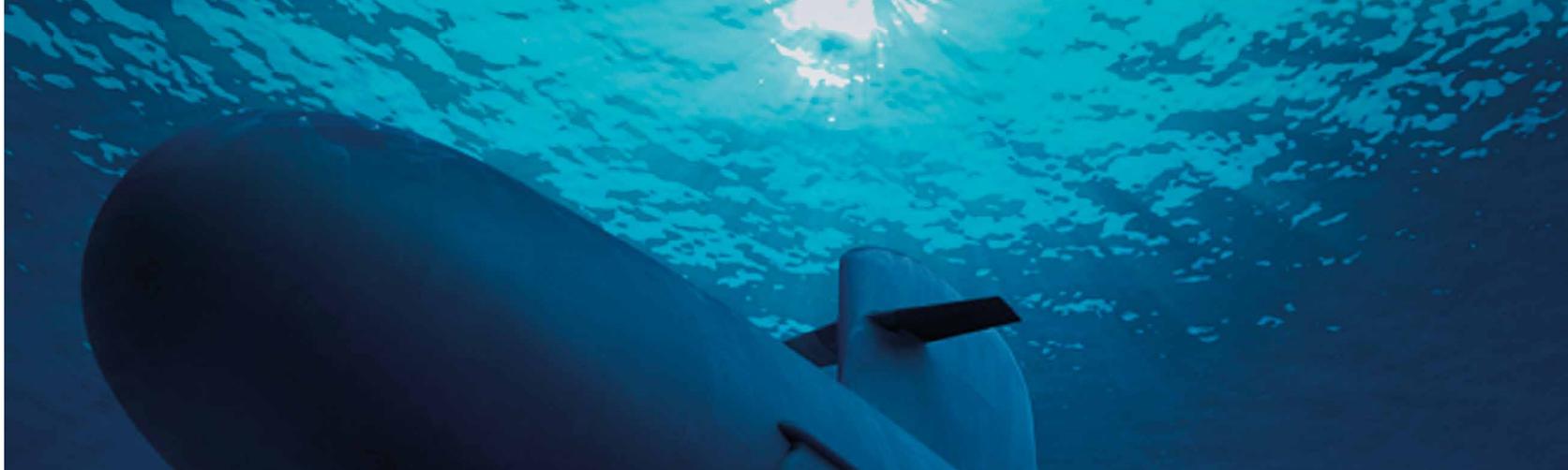
Foi só recentemente, no entanto, que o país assumiu tarefas de coordenação e comando militar de importantes operações, como a Minustah (no Haiti, desde 2004) e a Unifil (no Líbano, desde 2011).

Hoje, cerca de 1.700 brasileiros da Marinha, do Exército e da Força Aérea participam de operações de paz conduzidas pela ONU em zonas de conflito em vários continentes. Esses militares trabalham para proteger a população civil, assegurando direitos humanos fundamentais, em locais brutalmente afetados por guerras internas ou internacionais.

No mundo todo, existem cerca de 80 mil "capacetes azuis", como são chamados os soldados a serviço do Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (DPKO).

Em 2010, o país passou a contar, inclusive, com um Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – Centro Sérgio Vieira de Mello (CCOPAB), localizado no Rio de Janeiro. O estabelecimento é voltado ao treinamento de "capacetes azuis" brasileiros e estrangeiros que vão atuar em missões de paz.

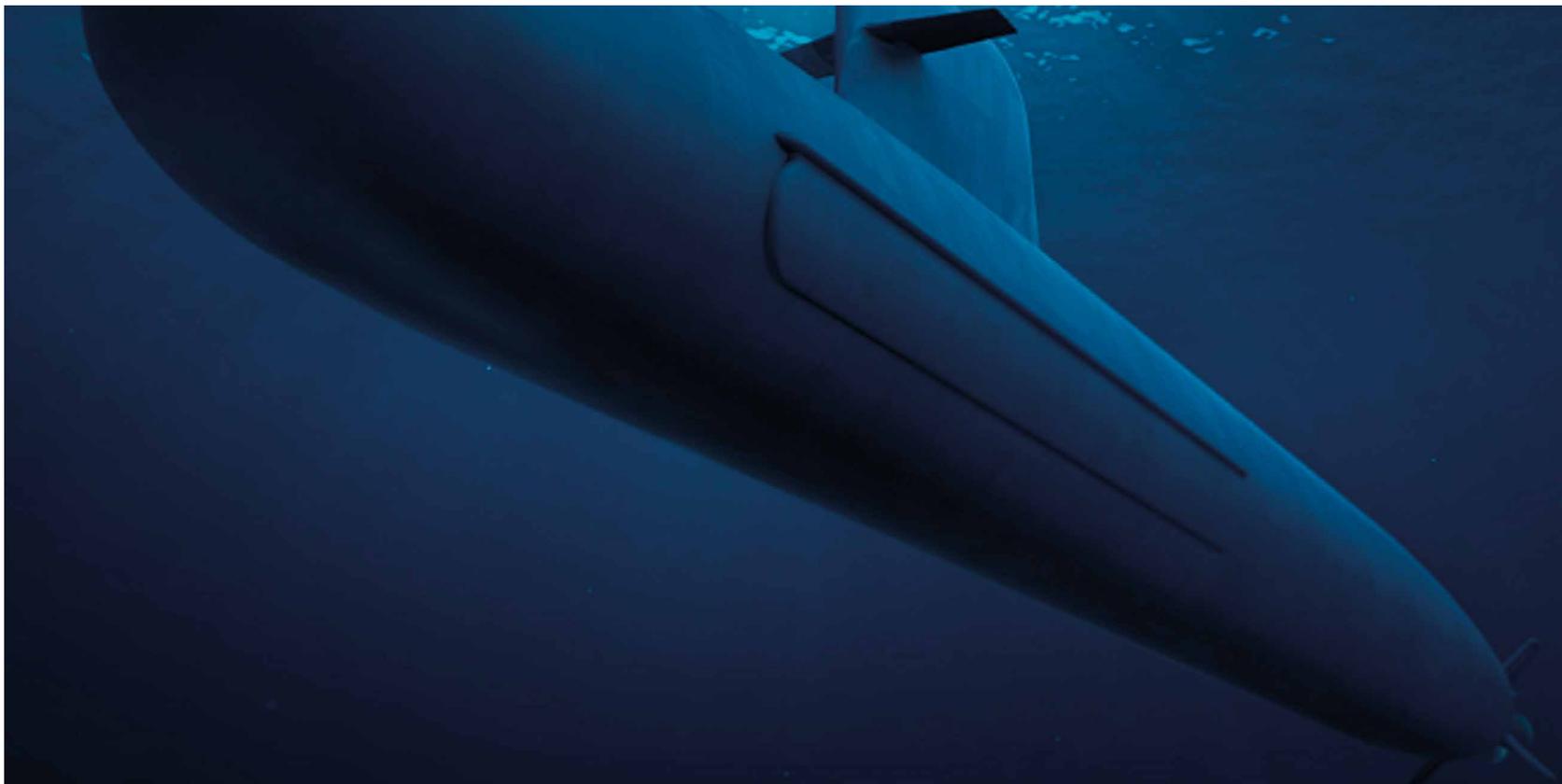
O Brasil já participou de mais de 30 missões das Nações Unidas, tendo enviado, até hoje, cerca de 27 mil militares ao exterior.

Atualmente, o país possui tropas e observadores militares em nove missões: Haiti (MINUSTAH), Líbano (UNIFIL), Saara Ocidental (MINURSO), Libéria (UNIMIL), Chipre (UNFICYP), Sudão (UNISFA), Sudão do Sul (UNMISS), República Democrática do Congo (MONUSCO) e Costa do Marfim (UNOCI), além de representantes na missão de Desminagem Humanitária na Colômbia.

PROSUB

Programa de Desenvolvimento de Submarinos

A modernização e expansão da força naval do Brasil, com o desenvolvimento de tecnologias domésticas e o estímulo aos estaleiros nacionais, é o objetivo central deste programa. O Prosub irá produzir quatro submarinos convencionais e o primeiro do país de propulsão nuclear, além de construir um estaleiro e uma base naval. O programa integra o projeto de construção do Núcleo do Poder Naval, elaborado a partir da Estratégia Nacional de Defesa (END).

Além do Prosub, o projeto prevê a construção de Navio-Aeródromo (Pronae), de Navio-Anfíbio (Pronanf), de Meios de Superfície (Prosuper), de navios-patrulha de 500 toneladas e de corvetas Classe Barroso.

Alguns desses projetos já estão em andamento. Como resultado, dois navios-patrulha de 500 toneladas foram incorporados à frota da Marinha. Em março de 2013, foi inaugurada a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem), parte importante do Prosub. Em 2017 deverá entrar em operação o primeiro dos quatro submarinos convencionais construídos no âmbito desse programa.

Blindado Guarani

Em 2014, o Exército Brasileiro passou a contar com um moderno e poderoso instrumento para operações de ataque, defesa, patrulhamento e missões de paz: a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Guarani.

O primeiro lote com 13 veículos foi entregue ao 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado, na cidade de Cascavel (PR). A nova família de blindados foi desenvolvida pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, que detém sua propriedade intelectual. As viaturas estão sendo produzidas em parceria com a multinacional italiana Iveco, que construiu um módulo industrial para esse fim na cidade de Sete Lagoas (MG).

O Guarani irá substituir os antigos Urutu e Cascavel, em operação há quase 40 anos. A previsão é que 86 veículos sejam entregues até o final de 2014. Ao longo de 20 anos, 2.044 blindados deverão ser fabricados e entregues à Força Terrestre.

Com capacidade para 11 homens – nove combatentes, um atirador e um condutor – , o blindado Guarani contém, além de ar condicionado, uma série de inovações tecnológicas: emite pouco calor e possui radar, o que dificulta sua localização pelos inimigos; é blindado contra munição perfurante incendiária e minas anticarro; possui navegação por GPS e visão noturna.

O Guarani também tem hélices traseiras que lhe dão capacidade anfíbia. Pode ser equipado com canhões de munição de 30 mm, além de metralhadoras .50 e 7,62mm. É projetado para atingir alvos aéreos e terrestres. Desde 2013, os militares dos batalhões de infantaria mecanizados das regiões Sul e Centro-Oeste estão sendo treinados a operar o novo blindado.

Cargueiro KC-390

Um gigante se prepara para cruzar os céus: a Força Aérea Brasileira deverá ganhar em 2016 um novo avião de carga e transporte, e de fabricação nacional: o KC-390. Capaz de operar em pistas com pouco preparo, em regiões que vão da Amazônia à Antártica, ele deverá cumprir missões de auxílio em casos de calamidade pública, apoio e ajuda humanitária internacional e suporte aos pelotões de fronteira. A aeronave está sendo produzida pela Embraer e substituirá os C-130 "Hércules" da FAB. Será uma das ferramentas mais importantes das forças nacionais de defesa.

O Comando da Força Aérea Brasileira assinou com a Embraer, em maio, o contrato de compra, que prevê a aquisição de 28 aviões e sua assinatura é considerada o passo que faltava para que o projeto do KC-390 seja concluído com sucesso. Com valor estimado em R$ 7,2 bilhões, a compra do primeiro lote inclui, ainda, o suporte logístico para os aviões.

SISGAAZ
Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

A Amazônia Azul é um conceito que designa os espaços marítimos brasileiros: uma área de aproximadamente 4,5 milhões de quilômetros quadrados, correspondente, em tamanho, à Amazônia terrestre.

Ampliar a capacidade de monitoramento e controle das águas sob jurisdição do Brasil e das regiões de busca e salvamento sob responsabilidade do país é o objetivo do SisGAAz. O projeto abrange a utilização de satélites, radares e equipamentos de sensoriamento submarino para monitorar o mar territorial brasileiro.

Quando implantado, o sistema terá diversas possibilidades de uso, tanto militar quanto civil. Poderá ser aplicado, por exemplo, na prevenção da poluição das águas, na previsão do tempo e no controle da pesquisa científica no mar. Também poderá ser usado no combate a novas ameaças, como o tráfico ilegal de drogas e o terrorismo. Poderá, ainda, ser operado em integração com outros sistemas, como o Sistema de Vigilância de Fronteiras (Sisfron).

SISFRON

Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

Um novo sistema de vigilância das fronteiras terrestres do país com satélites, radares, sistemas de comunicação e veículos não-tripulados começou a ser implantado em 2013 numa faixa de 650 quilômetros entre as cidades de Mundo Novo e Bela Vista, em Mato Grosso do Sul. Trata-se da primeira etapa do Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras), criado em 2011 para fortalecer a capacidade de ação dos militares brasileiros ao longo dos 16.886 quilômetros de fronteira terrestre do país.

O projeto prevê a implementação, em dez anos, de um conjunto integrado de recursos tecnológicos – como sistemas de vigilância e monitoramento, tecnologia da informação, guerra eletrônica e inteligência. Ele servirá para ampliar a capacidade de monitoramento, mobilidade e presença na faixa de fronteira do Brasil com dez países, cobrindo 27% do território nacional. O Sisfron contribuirá para a maior integração regional, entre órgãos de governo e também com países vizinhos.

F-X2 - Gripen NG

Em dezembro de 2013, o Brasil escolheu o caça sueco Gripen New Generation (NG) como o novo avião de combate da Força Aérea Brasileira. A produção da aeronave será feita em conjunto entre Brasil e Suécia.

O NG substituirá os Mirage-2000 da FAB, aviões da década de 1970 que foram aposentados em 2013. Atualmente, a defesa do espaço aéreo brasileiro está sendo realizada, sobretudo, por caças norte-americanos F5 modernizados pela Embraer.

Um empréstimo de dez aviões de uma geração anterior do Gripen, o C/D, está em negociação entre Brasil e Suécia como uma solução de transição até a chegada dos primeiros Gripen NG que equiparão, em caráter definitivo, a Aeronáutica. Até o momento, a expectativa é que os seis primeiros Gripen C/D cheguem ao Brasil no primeiro trimestre de 2016, podendo ser utilizados na proteção do espaço aéreo brasileiro durante a Olimpíada do Rio de Janeiro. O segundo lote, de quatro aeronaves, deverá ser incorporado à FAB no primeiro trimestre de 2017.

O empréstimo dos Gripen modelo C/D trará outros benefícios para a FAB, que poderá antecipar, por exemplo, o treinamento de pilotos e equipes técnicas de solo e de apoio, familiarizando-os com um equipamento da mesma família dos novos caças.

Com o projeto, os soldados recebem, além da formação cívico-militar, a oportunidade de se engajar em ambientes educacionais produtivos e harmoniosos, que exploram suas aptidões, vocações e talentos. Os cursos, ministrados por instituições do Sistema S (Senai, Sesi, Sesc, Senac e Sebrae) e entidades dedicadas ao ensino profissional e técnico, incluem noções básicas de empreendedorismo, ética e cidadania. Embora sejam oferecidos de acordo com a realidade do mercado regional, os programas também levam em conta a preferência do jovem, a partir de suas inclinações e habilidades.

Soldado Cidadão

Ao perceber que jovens egressos do Serviço Militar tinham dificuldade de inserção profissional, principalmente por falta de formação especializada, o Ministério da Defesa criou, em 2004, o projeto Soldado Cidadão. Por meio da iniciativa, recrutas de todo o país têm a possibilidade de frequentar cursos profissionalizantes enquanto servem nos quartéis. A qualificação abrange diversas áreas, como telecomunicações, mecânica, alimentação, construção civil, artes gráficas, confecção, têxtil, eletricidade, comércio, comunicação, transportes, informática, vigilância, pintura e saúde.

Projeto Rondon

Contribuir para ampliar o bem-estar das comunidades mais pobres, isoladas e excluídas do país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Esse é o objetivo do Projeto Rondon, programa de integração social coordenado pelo Ministério da Defesa, que conta com a participação voluntária de estudantes universitários, especialmente das áreas de saúde, educação, tecnologia, trabalho e meio ambiente.

Realizado em parceria com diversos ministérios, o projeto tem o apoio das Forças Armadas, que proporcionam o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Conta, ainda, com a colaboração dos governos estaduais, das prefeituras e de empresas preocupadas com responsabilidade social.

Nas operações, realizadas nos meses de janeiro e julho, as equipes – formadas por dois professores e oito alunos – vivenciam a realidade dessas regiões, ajudando a consolidar nelas o sentido de transformação social, desenvolvimento sustentável e cidadania. Criado em 1967 e extinto em 1989, o Projeto Rondon foi retomado em 2005. Nessa nova fase, já levou mais de 17 mil estudantes a quase 800 municípios de todo o país.

Calha Norte

Estratégica para a integração sul-americana, a região da margem esquerda do rio Amazonas – a chamada Calha Norte – ainda é pouco desenvolvida social e economicamente. O acesso a bens e serviços públicos é difícil, a segurança pública é deficiente e as condições gerais de cidadania são precárias.

Para reverter essa situação, o Programa Calha Norte executa, desde 1985, projetos de infraestrutura e aquisição de equipamentos nos municípios mais carentes da Amazônia Setentrional. O objetivo é promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado dessa região, em especial na extensa faixa de fronteira, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente. Ajudar a fixar os cidadãos dessa área, reduzindo o fluxo migratório desordenado para os grandes centros urbanos da Amazônia e outras regiões do Brasil, é estratégico para a integridade territorial do país.

Nesse sentido, em parceria com a iniciativa privada e órgãos governamentais nos três níveis (Federal, Estadual e Municipal), o Ministério da Defesa implementa ações direcionadas, principalmente, para os setores de comunicações, defesa, educação, energia, saneamento básico, saúde e transporte.

Forças no Esporte

Desde a criação do programa, em 2003, Marinha, Exército e Aeronáutica ajudam a melhorar a qualidade de vida de crianças e jovens carentes do Brasil. O programa, desenvolvido por intermédio de uma parceria entre os Ministérios da Defesa, do Esporte e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, promove a inclusão social por meio da prática esportiva.

As atividades são desenvolvidas por militares e profissionais especializados, em instalações desportivas em 137 núcleos de 107 instituições vinculadas à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica. Os adolescentes têm a oportunidade de praticar esportes e assistir a aulas de reforço escolar. Também recebem atendimento médico e odontológico, alimentação, roupas e transporte.

Atualmente 14 mil crianças e adolescentes com idade entre 7 e 17 anos são beneficiadas pelo Forças no Esporte, que tem contribuído ainda para reduzir a evasão escolar e a violência familiar, além de promover a saúde e a descoberta de novos talentos.

Em caráter complementar às suas atribuições constitucionais, as Forças Armadas realizam ações subsidiárias que contribuem para o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil. Marinha, Exército e Aeronáutica atuam diretamente junto a diversos segmentos da sociedade, participando da vida da população no apoio a eventos comunitários, em ações cívico-sociais (Aciso), em campanhas de saúde pública e no socorro a vítimas de desastres naturais.

Além disso, prestam serviços relativos à fiscalização de produtos controlados, segurança da navegação, controle do espaço aéreo e atividades de busca e salvamento. O Exército, por exemplo, fiscaliza a produção e o comércio de produtos controlados, oferece apoio em calamidades públicas, apoia comunidades indígenas da Amazônia e executa obras de engenharia país afora.

Já a Marinha fiscaliza a segurança do tráfego aquaviário, forma profissionais da Marinha Mercante e atende populações carentes da Amazônia e do Pantanal Mato-Grossense nas chamadas Operações de Assistência Hospitalar à População Ribeirinha (ASSHOP). A Força Aérea executa obras de construção e pavimentação de aeroportos, além de vias públicas em municípios da Amazônia, contribuindo para a integração nacional, uma vez que só se tem acesso a determinadas localidades por meio de avião ou helicóptero. Também realiza Aciso em localidades carentes, transportando médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares, equipamentos e medicamentos para apoiar a população local, além de oferecer apoio e transporte em calamidades públicas.

A presença feminina nas Forças Armadas brasileiras é cada vez maior. Atualmente, elas já são mais de 22 mil do efetivo militar do país.

O Comando da Marinha foi o primeiro a aceitar o ingresso das mulheres, em 1980, e é o único a contar com uma oficial general em seus quadros: a contra-almirante médica Dalva Mendes. Agora, com a chegada das aspirantes à Escola Naval, a Força Naval dá mais um passo para a igualdade de gêneros na carreira militar.

Atualmente, o Comando da Aeronáutica é o que possui o maior número de militares do sexo feminino – cerca de 10 mil. O ingresso delas no quadro de Oficiais Intendentes foi autorizado em 1995. Oito anos depois, em 2003, a instituição recebeu as primeiras mulheres para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. Hoje, na Academia da Força Aérea (AFA), são várias as jovens que saem aptas a pilotar caças.

As mulheres terão presença ainda maior nas Forças Armadas nos próximos anos, já que poderão atuar como combatentes. A Lei nº 12.705, de 2012, permite o ingresso de militares do sexo feminino em áreas antes restritas aos homens no Exército.

De acordo com a nova legislação, a Força Terrestre tem até 2017 para adaptar as estruturas físicas da Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende (RJ), e da Escola de Sargentos das Armas (EsSa), em Três Corações (MG), para permitir o ingresso de mulheres. Desde a década de 1990, o Exército aceita profissionais do sexo feminino nas áreas de administração, saúde e engenharia.

Realização

Ministério da Defesa

Fotografias

Felipe Barra, Jorge Cardoso, Tereza Sobreira,

Henrique Broecker e divulgação Marinha,

Exército, Aeronáutica e Embraer